

## COMISSÃO DE CULTURA

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo, para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Autor:** Deputado RUBENS BUENO

**Relatora:** Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2022, de autoria do Deputado Rubens Bueno, pretende alterar a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

A proposição encontra-se sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação de prioridade, conforme o art. 151, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). A matéria foi despachada às Comissões de Cultura (CCULT); de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e de Finanças e Tributação (CFT).

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei Complementar em análise tem o oportuno e meritório intuito de prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios da Lei Paulo Gustavo. A derrubada do veto pelo



Congresso Nacional ao então Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, no começo de julho de 2022, proposição mais conhecida como Lei Paulo Gustavo, representou significativa vitória para o setor cultural brasileiro e para a sociedade civil.

A Lei Paulo Gustavo determina o repasse de R\$ 3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de atividades e produtos culturais em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19. O texto foi batizado em homenagem ao ator e comediante que morreu em maio do ano passado, vítima da Covid-19.

No entanto, concordamos com o autor desta proposição, Deputado Rubens Bueno, quanto à necessidade de prorrogação do prazo de utilização desses recursos, considerando que a norma foi publicada recentemente e o setor, ainda, carece de mais tempo para poder usufruir desses benefícios.

*“(...) o prazo previsto para a execução orçamentária em dezembro de 2022 torna inexecutável a organização de editais e demais trâmites, pelos gestores e suas equipes, de maneira a garantir a aplicação dos recursos de forma democrática, transparente e organizada, e que venha a cumprir os objetivos da lei que são: recuperar, gerar renda e fortalecer o setor e toda a sua cadeia produtiva”.*

Pelo exposto, e com o intuito de valorizar e fortalecer a cultura brasileira, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2022.

Sala da Comissão, em            de            de 2022.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE  
Relatora

2022-8849

